

Dos criminosos, vadios e de outros elementos incômodos: uma reflexão sobre o recrutamento e as origens sociais dos militares coloniais

On criminals, vagrants and other troublesome elements: reflections on the recruitment and social origins of the colonial military

Kalina Vanderlei P. da Silva*

Abstract

Abstract: Military organization from Portuguese America's sugar zone was characterized by a close relationship with colonial society, that is, the enrollment of free men and the provision of an official structure to society. This article examines some aspects of bureaucratic recruitment in the sugar zone and the social origins of colonial military men.

Keywords: recruitment - free men - sugar area

Resumo

A organização militar da área açucareira da América portuguesa se caracteriza por sua íntima relação com a sociedade colonial, recrutando homens das camadas livres e fornecendo à mesma sociedade uma estrutura oficial. A partir dessa constatação observaremos neste trabalho alguns aspectos do recrutamento burocrático para a área açucareira e das origens sociais dos militares coloniais.

Palavras-Chave: recrutamento - homens livres - colônia açucareira

Criminosos, vadios e outros elementos incômodos é uma expressão que Caio Prado Jr.¹ utiliza para definir a composição social das tropas que a Coroa portuguesa mantém em solo colonial ame-

* Professora do Departamento de Geografia e História da FFPNM/Universidade de Pernambuco. Doutoranda em História do Norte e Nordeste do Brasil pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Autora de *O Miserável Soldo & A Boa Ordem da Sociedade Colonial - Militarismo e Marginalização na Capitania de Pernambuco nos Séculos XVII e XVIII*. Livro vencedor do Prêmio Jordão Emerenciano de Melhor Ensaio, Prefeitura da Cidade do Recife, 2000.

¹ PRADO Jr. Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo. Ed. Brasiliense. 23^a ed. 1994. Pág. 310.

ricano. O presente artigo pretende fornecer subsídios para uma reflexão histórica sobre as camadas sociais urbanas que compõem as forças militares da Coroa, e a forma como se dá o recrutamento militar dentro da sociedade. No caso do mundo colonial açucareiro, que será aqui nosso corte espacial, a integração entre organização militar e sociedade é forte e simbiótica. A organização militar imperial lusitana, não apenas se nutre de homens da zona açucareira, como fornece estrutura para o funcionamento da sociedade livre nesta área, pois enquadra todos os homens livres em seus quadros, obrigatoriamente alistando-os em alguma das tropas existentes. E ainda que a maior parte dessas tropas nos séculos XVII e XVIII não tenham função militar, elas ajudam a Coroa a controlar a sociedade em regiões onde nenhuma outra instituição estatal alcança.

Essa militarização da sociedade livre, no entanto, acontece em níveis diferentes, pois nem todas as tropas prestam serviço militar ativo. E com a diferença das tropas, temos a diferença em sua composição social. Variando entre vadios e criminosos e nobres do açúcar, as tropas coloniais abrangem toda a esfera da sociedade livre das vilas açucareiras, separando e hierarquizando seus elementos componentes.

'Quem são' os homens que compõem as tropas talvez seja a mais importante questão social a ser abordada na busca pela integração entre a organização militar e a sociedade colonial, já que qualquer influência que possam vir a exercer sobre o todo da sociedade depende consideravelmente da situação das camadas sociais de onde eles provêm. Assim, faz-se necessário observar a identidade social de soldados e oficiais na área açucareira colonial a partir de suas raças, assim como das camadas econômicas e sociais nas quais eles se inserem; e procurar lhes atribuir uma classificação menos vaga do que o simples estereótipo de 'homens livres'.

Para esse estudo, analisamos a área urbana açucareira subordinada ao governo da Capitania de Pernambuco e à Câmara de Olinda, no segundo período português, período que se inicia com a volta da jurisdição portuguesa para as capitanias do norte, após a expulsão da companhia de comércio holandesa, e se estende pelo século XVIII até a crise do sistema colonial.

Quando se discute os militares na Colônia, primeiro é preciso perceber a estrutura física da organização militar. Esta se divide em três forças distintas, cada qual com sua própria administração, independentes entre si, subordinadas apenas, em tese, ao governador da capitania. Essas três forças são a tropa de linha, que é o exército português, profissional e permanente, com efetivos completos por soldados brasileiros, brancos ou mulatos. Esta é a única força paga, também chamada de tropa regular, a força que definimos como bu-

rocrática,² a única das instituições coloniais organizada nos moldes profissionais europeus.

Em segundo, temos as milícias, as tropas auxiliares, de serviço não remunerado e obrigatório para os civis. Sua organização é feita dividindo em categorias raciais a população: brancos, pretos, pardos, em corpos separados. Como as milícias são compostas por civis que não se afastam de suas respectivas ocupações, seus exercícios são executados apenas aos domingos. E além de não receberem soldo devem ainda patrocinar seu próprio fardamento.³

Por último temos as ordenanças. Esta força, na verdade, é apenas a listagem de toda a população masculina livre não recrutada pela tropa de linha, nem pertencente às milícias, entre 16 e 60 anos, segundo uns autores,⁴ e 18 e 60 anos, segundo outros.⁵ Esse efetivo é apenas alistado. São as organizações de colonos armados sob o comando dos senhores de engenho, organização que domina a cena militar na fase inicial de colonização, mas que após as guerras holandesas, apesar de continuarem existindo, não chegam a oferecer realmente um serviço ativo. Vão se tornar, então, organizações de importância administrativa, já que representam, muitas vezes, a única instituição oficial da Coroa em alguns dos mais distantes Termos⁶ do mundo açucareiro. Seu valor militar, no entanto, já não é dos melhores na segunda metade do XVII, uma vez que são forças não deslocáveis, e que, além disso, qualquer chamado de emergência poderia causar grande desordem "uma vez que, além de a população livre ser retirada de seus afazeres, também os escravos poderiam ser requisitados".⁷

Abordaremos neste trabalho apenas a tropa de linha e as milícias, uma vez que o artigo se propõe a ser tão somente introdutório ao tema, por serem essas as organizações de serviço ativo. Veremos a tropa de linha através de seu recrutamento, que agrega elementos das mais baixas camadas sociais através de uma instituição extremamente temida no período colonial. As milícias, por outro lado, sendo isentas das leis do recrutamento burocrático, e organizadas por raças, se mostram como retratos da composição e hierarquia social urbana açucareira.

² SILVA, Kalina Vanderlei P. da. *O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial-militarismo e marginalidade na capitania de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII*. Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2001. A definição de tropas burocráticas e institucionais encontra-se trabalhada nesta obra. Sendo que a principal diferenciação entre as tropas é que tropa de linha (burocrática) e milícias e ordenanças são organizações institucionais, em contraste com as inúmeras tropas particulares existentes nas engenhos e interior continental, sobre as quais a Coroa não possui nenhuma gerência.

³ LEITE, Glacyra Lazzari. *Pernambuco 1817: estrutura e comportamento sociais*. Recife, Ed. Massangana, 1988. Pág. 148.

⁴ *Idem*.

⁵ PRADO JR. *Op. Cit.* pág. 312.

⁶ *Idem*, pág. 323-324.

⁷ LEITE. *Op. Cit.* pág. 149.

Vejam os recrutamento burocrático. A lei determina, a princípio, que os soldados regulares recrutados na Colônia sejam brancos, mas a ausência cotidiana desses elementos sociais obriga desde cedo o Estado a uma 'tolerância' quanto a cor, que vai ser excludente apenas para os negros⁸ e os índios⁹, que seriam arregimentados em tropas auxiliares, caso a ocasião assim o pedisse. A escassez do elemento branco nas tropas se deve a uma gama de fatores, entre os quais estão, em primeiro lugar, o próprio número reduzido de brancos no cômputo geral da sociedade. Mas não menos importante que isso, há o desprestígio que o soldado burocrático possui na cultura ibérica. Esse desprestígio vem da mentalidade cruzadística ibérica que valoriza o guerreiro, o homem de guerra ainda existente nas conquistas, e que consegue algumas vezes ascender à fidalguia,¹⁰ mas despreza o soldado, o militar treinado, disciplinado, domesticado. O mundo colonial açucareiro de fins do século XVII e do XVIII é influenciado pelos valores ibéricos, que desprezam o trabalho manual, o ócio sem status nem ostentação, combinando valores cruzadísticos da reconquista com valores da burguesia em ascensão e desqualificando socialmente o personagem soldado.

Outro fator que colabora com o reduzido valor social dos militares e com a escassez de brancos nas fileiras burocráticas é o sistema de manutenção das tropas burocráticas: baixo soldo, atrasos de até dois anos no pagamento dos mesmos, descaso com o fornecimento de fardas e armamentos. A manutenção regular da tropa de linha é feita, normalmente, apenas através da ração de farinha que a Coroa fornece aos soldados. Além disso, o serviço militar impõe limites ao exercício de quaisquer atividades profissionais que realmente possam responder às necessidades de subsistência dos homens que o compõem. Tomando a manutenção das tropas sempre problemática no mundo do açúcar.

Voltando a focalizar a composição social das tropas coloniais, percebemos que já no século XVII a tropa burocrática, para todos os efeitos a principal tropa do Estado, recruta seus homens na colônia. Enquanto os oficiais inferiores são recrutados entre a gente de posse, o que não significa que saiam todos de entre os grandes proprietários, os soldados são tirados do seio das camadas marginalizadas da sociedade. São principalmente os homens livres indesejáveis: "criminosos, vadios e outros elementos incômodos".¹¹ Párias por definição,

⁸ PRADO JR. *Op. Cit.* Pág. 310.

⁹ KOSTER, Henry. *Viagens ao nordeste do Brasil*. Coleção Pernambucana vol. XVII. Governo do Estado de Pernambuco. Recife. 1978. Pág. 306.

¹⁰ RODRIGUES, Vitor Luis Gaspar. *Sebastião Lopes Lobato: de soldado anônimo a ouvidor - geral da Índia*. In *Mare Liberum - Revista de História dos Mares* N.º 5. Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa. Julho de 1993. Págs. 93 a 99.

¹¹ PRADO JR. *Op. Cit.* p 310.

párias por serem agregados às tropas regulares, párias pela execução do recrutamento. Essa instituição por si é grande contribuinte do baixo conceito que a sociedade colonial constrói acerca dos soldados burocráticos, graças à indistinção que faz – ou à distinção que não faz – entre as diferentes categorias de homens em uma sociedade onde a qualidade de cada homem, seu lugar na hierarquia social, é diferenciado por signos externos: a pompa, a cerimônia e as homenagens que pode ou não receber. O recrutamento para a tropa burocrática unifica os homens livres pobres, igualando todos nas margens da sociedade.

Assim, tanto a forma como se executa o recrutamento, violenta e implacável, quanto a própria composição da tropa burocrática, feita com os homens considerados marginais pela sociedade, contribuem para a má reputação da tropa de linha e para o afastamento dos homens livres do voluntariado para a mesma.

A historiografia brasileira clássica que se debruça sobre a sociedade colonial, desde cedo já percebe o papel da organização militar na formação dessa sociedade, sem todavia se aprofundar nele o suficiente para perceber até onde esse elemento é dominador.¹² Mas ainda antes desses historiadores, os cronistas e observadores dessa sociedade em seu momento de crise percebem o enraizamento do organismo militar na população livre. Observadores como Henry Koster e L. F. de Tollenare em Pernambuco, e Luis dos Santos Vilhena e Thomas Lindley em Salvador, para citar apenas observadores sem laços burocráticos, notam os elementos militares encravados no meio social. Os ensaios que produzem sobre a sociedade e as instituições da zona açucareira se baseiam na observação empírica: relatam o que presenciam. Esses olhares percebem com minúcias as contradições da organização militar, especialmente do recrutamento para as tropas regulares. Assim, por seu impacto na sociedade, que gera relatos tanto de observadores externos quanto em testemunhas oficiais,¹³ a instituição do recrutamento burocrático se torna privilegiada para observação dos colonos/militares.

Quando nos referimos a recrutamento, estamos abordando apenas o recrutamento para as tropas regulares, isto é, o exército permanente português que, como já dissemos, por falta de efetivos portugueses retira homens também da colônia. Nas outras forças o ingresso é bem diferente: nas ordenanças não há recrutamento, apenas uma listagem dos homens aptos de cada freguesia, e nas milícias

¹² Cf. PRADO Jr. *Op. cit.* e FAORO, Raymundo. *Os donos do poder – Formação do patronato político Brasileiro*. Vol. 1. São Paulo. Ed. Globo. 1996.

¹³ PEREGALLI, Enrique. *Recrutamento militar no Brasil colonial*. Teses. Campinas. Ed. da UNICAMP. 1986.; ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios – transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. Ed. Unb/José Olympio ed. Rio de Janeiro. 1993.

os requisitos para o ingresso parecem muito mais com uma seleção de candidatos do que com um recrutamento de homens. É o recrutamento para a tropa burocrática a instituição problemática. Ele é executado dentro dos corpos de ordenanças,¹⁴ liberando os milicianos. Como as ordenanças arregimentam toda a população livre ativa das capitanias, o recrutamento para as tropas regulares pode assim englobar toda a população; não é, entretanto, levado a efeito seguindo sistematização ou periodicidade alguma. É executado de forma arbitrária de acordo com as necessidades de cada momento e a política de cada governador,¹⁵ ainda que sempre isente algumas categorias consideradas produtivas pela sociedade.

O recrutamento na zona do açúcar segue o modelo já estabelecido no Reino: alistamento forçado de pobres e vagabundos por períodos que variam de alguns anos até a vida inteira.¹⁶ Já desde D. João IV, meados do século XVII, e o estabelecimento do exército permanente, que os soldados regulares no Reino são retirados das ordenanças, dispensando-se apenas os filhos únicos de viúvas, os lavradores e os casados, que vão formar assim as tropas auxiliares da Metrópole.¹⁷ Mas não pensemos que esse recrutamento reinol é feito de forma a dar oportunidade de escolha para aqueles recrutáveis. Pelo contrário: sem regulamentação, são os desígnios e desmandos dos senhores e da Coroa que determinam, em cada caso, as características dos recrutáveis e dos isentos.

Para entendermos esse dito impacto do recrutamento sobre a sociedade livre ajuda observarmos a forma como ele é executado. Primeiro no Reino. Durante o reinado de D. José I, no século XVIII, devido à guerra na qual Portugal se envolve,¹⁸ surge a necessidade de se recrutar para a tropa regular. Então "Deu-se ordem à polícia para agarrar e conduzir aos quartéis todos os vadios que encontrassem pelas ruas. De roldão com os vadios foram operários, criados de servir, filhos famílias, o que se pôde apanhar. Os recrutas das províncias vieram para a capital metidos em gargalheiras. Assim se puseram em pé de guerra mais de quarenta mil homens, os quais estavam longe de constituir um exército(...)."¹⁹

¹⁴ KOSTER. *Op. Cit.* Pág. 306.

¹⁵ TOLLENARE, L. F. de. *Notas dominicais*. Col. Pernambucana. Governo do Estado de Pernambuco. Recife. Pág. 93.

¹⁶ BOXER, C. R. *O Império colonial Português*. Textos de Cultura Portuguesa. Lisboa. Edições 70. 1977. Pág. 347.

¹⁷ PERES, Damião. *História de Portugal*. Edição Monumental. Vol. 6. Porto/Barcelona. Portugal. Portucalense Editora. Pág. 24.

¹⁸ Guerra entre França e Inglaterra, que envolvem Portugal e Espanha durante o reinado de D. José I, o chamado Pacto de Famílias, entre 1762-66, que dá origem à Guerra dos 9 Anos ou Liga dos Habsburgos. MARQUES, A. H. de Oliveira. *Breve história de Portugal*. Editorial Presença. 2ª ed. Lisboa. 1996. Pág. 388.

¹⁹ CARNAXIDE, Antônio de Souza Pedroso (Visconde de Carnaxíde). *O Brasil na administração Pombalina - Economia e Política externa*. Col. Brasileira 192. Porto Alegre. Companhia Editora Nacional. 1940. Pág. 172-173.

Ilustração tão nítida, essa do Visconde, e que representa em poucas linhas dois dos principais terrores do recrutamento: a prisão arbitrária e indistinta de todos, sem observar a qualificação social de cada um, e o tratamento infamante que se dá a esses 'recrutados': metidos em gargalheiras, ferramenta típica de punição dos escravos, desfilando pelas ruas das povoações. Tratamento similar, notemos, ao que a sociedade ibérica dá aos condenados pelo Tribunal do Santo Ofício.²⁰ A infâmia pública, a morte da imagem social, teatral e suntuária, que todos tentam manter de si na sociedade barroca, um castigo reservado aos pecadores, é imposto aos pobres livres quotidianamente durante o recrutamento.

E no entanto, esse tratamento não é original de Portugal. Na verdade, uma vez que a desvalorização do guerreiro ibérico se inicia com suas primeiras adaptações ao militar europeu, nada mais justo que nos remetamos a essa Europa Moderna para procurarmos esse estilo de recrutamento burocrático.²¹

Devemos perceber que há uma equiparação na lei portuguesa entre aqueles que se condenam e aqueles que se recrutam. Se há necessidade de ferreiros e pedreiros em alguma colônia distante, a solução é simples: prender o maior número possível desses profissionais, alistá-los e degredá-los – ou melhor, deslocá-los – já que agora fazem parte do exército de El-Rei.²² E no entanto, esses oficiais mecânicos não compõem a massa da tropa de linha, podendo vir até a ser protegidos pela lei por serem produtivos. A massa das tropas burocráticas é composta justamente pelo condenados por vagabundagem, e como Carnaxide diz, os outros, os úteis, na maior parte dos casos vão apenas por engano, ou são vítimas de intrigas políticas. Isso nos traz a seguinte questão: quem são esses vadios e vagabundos preferidos para compor as tropas regulares?

Emanuel Araújo, em *O Teatro dos Vícios*, define o vadio e o distingue dos ociosos prestigiados da sociedade colonial. Esses ociosos são todos aqueles que possuem escravos e podem usufruir do luxo e conforto proporcionado por esses. E esse ócio é o ideal da sociedade. Mas Araújo esclarece que, em uma sociedade onde o trabalho manual é execrado, o ócio não fundado sobre o trabalho escravo é igualmente tido como aviltante. É o ócio dos vadios.²³ E vir parar em soldado é o que muitas vezes acontece a esses elementos, tanto no Reino quanto no Império.

²⁰ LOPEZ, Luiz Roberto. *História da Inquisição*. Série Revisão. Ed. Mercado Aberto. Porto Alegre. 1993. Págs. 101-102.

²¹ BOYLE, Charles. *A arte da guerra*. Col. História em Revista. Rio de Janeiro. Time-Life Editores. 1991. Pág. 88.

²² BOXER. *Op. Cit.* Pág. 347-348.

²³ ARAÚJO. *Op. Cit.* Pág. 150-152.

O vadio é o homem livre à margem do sistema produtivo: o mendigo, o desempregado. Para Walter Fraga Filho,²⁴ que observa os vadios do século XIX na Bahia, estes são tanto vítimas da falta de meios de sobrevivência, quanto opositores ao sistema, na medida em que muitos deles preferem viver de esmolas ou na vadiagem do que se tornar servos agregados dos grandes senhores. São o público preferido dos recrutadores na medida em que, assim, se resolve duas questões, uma social e uma administrativa: o excesso de vagabundos nas vilas e a falta de soldados nas tropas. É a utilidade social²⁵ do exército burocrático.

De qualquer forma, teoricamente, os claros das tropas de linha na colônia deviam ser preenchidos por milicianos, o que não acontece, visto que o papel social desempenhado pelas milícias²⁶ é bem diferenciado do das tropas burocráticas, uma vez que as milícias são prestigiadas e representam a própria estrutura hierárquica da sociedade.²⁷ Assim, o recrutamento colonial é efetivamente executado apenas entre as ordenanças.²⁸

O processo se inicia de acordo com as necessidades de cada capitania. Quando um governador percebe que as tropas pagas de sua jurisdição estão com os efetivos muito baixos, ele dá ordem para que se recrute. Cada recrutamento é, assim, diferente em si, pois em cada caso específico o governador determina a forma que dever ser feito, onde, quando, até quando, sobre quem.²⁹ E ao mesmo tempo, cada recrutamento é bastante semelhante aos outros no que concerne aos desmandos que os senhores, investidos nos postos de oficiais de milícias e ordenanças, cometem contra os pobres.

A Coroa tentou algumas regras para evitar as confusões do recrutamento, como exemplo temos o Alvará de 24 de fevereiro de 1724, que determina que o recrutamento deve ser feito a partir da tiragem de sorte, isentando-se algumas categorias profissionais, que vão desde médicos e cirurgiões até padeiros e moleiros.³⁰ Ou seja, profissionais liberais e pobres produtivos à sociedade, aqueles que não se enquadram na categoria de vadio.

A historiadora Glacyra Lazzari Leite teoriza sobre os problemas criados por este tipo de recrutamento; para ela seu resultado

²⁴ Cf. FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios - Na Bahia do século XIX*. Estudos Históricos. Hucitec/Edufba. São Paulo/Salvador. 1996.

²⁵ Cf. SCHMITT, Jean-Claude. A história dos marginais. In LE GOFF, Jacques. *A nova história*. Martins Fontes. São Paulo. 1998. Pp.261-291.

²⁶ LEITE. *Op. Cit.* Pág. 153.

²⁷ Cf. SILVA. *Op. cit.*

²⁸ SALGADO, Graça (coord.). *Fiscais e meirinhos: A administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro. Ed. Nova Fronteira. 2ª ed. Pág. 99.

²⁹ Cf. Koster. *Op. Cit.* E VILHENA, Luis dos Santos. *Recompilações de notícias soteropolitanas contidas em 20 cartas*. Imprensa Oficial do Estado. Bahia. Salvador. 1921.

³⁰ *Idem*. Pág. 153.

inevitável é a deserção. E o resultado inevitável da deserção, a clandestinidade. Uma vez na clandestinidade, os moradores livres procuram proteção dos senhores de terra, tornando-se assim agregados destes e engrossando suas forças particulares.³¹ A Coroa parece conhecer esses perigos e tenta várias medidas contra os desertores, desde promessas de perdão até ameaças de pena de morte; todas em vão.

A execução do recrutamento é, assim, responsável em grande parte pela repugnância geral em servir como soldado burocrático. Podemos perceber a relutância da sociedade livre açucareira em servir a tropa burocrática voluntariamente nos recursos que são utilizados para evitar o recrutamento dos filhos, que vão do suborno ao internamento dos filhos nas clausuras.³²

Toda essa relutância em se alistar como soldados regulares, herdada do Reino, apóia a ida do sistema de recrutamento cada vez mais para uma perigosa caçada aos homens livres recrutáveis.

A observação do sistema de recrutamento feita por Luis dos Santos Vilhena em Salvador no século XVIII, nos diz que quando as necessidades dos efetivos são determinadas e o governador dá a ordem para recrutar, não há hora ou lugar que seja protegido contra os recrutadores, entram até mesmo escolas adentro. Os soldados se espalham pela cidade, em determinada hora prendem quem está ao alcance, com a condição de serem brancos ou mulatos não-militares.

Espalhava-se 'por toda a cidade um regimento, com ordem aos soldados para que a uma mesma hora prendessem, sem distinção nem exceção, todos os brancos que encontrassem, não sendo soldados'. (...) invadem as aulas régias e que, sem atenção a coisa alguma, se arrancam delas para soldados os estudantes mais hábeis e aplicados, (...) em consequência, acrescenta, 'logo que há notícia de fazer recrutas, só ficam nelas [nas aulas régias] os meninos que não passam de dez ou onze anos de idade'.³³

Ainda segundo Vilhena, na Bahia logo que se começa a recrutar, os gêneros de primeira necessidade começam a faltar, porque os lavradores e pequenos produtores, assim como toda a população livre pobre em geral, abandonam as roças e vilas para se esconder no mato. E não é apenas na zona açucareira, mas também em toda a América portuguesa, pois "Em 1797, vemos em São Paulo despovoarem-se as regiões de Atibaia e Nazaré porque nelas se assinalara a presença de agentes recrutadores; (...)".³⁴ Essas regiões paulistas re-

³¹ *Idem.* Pág. 160.

³² 'DISCURSO Preliminar, Histórico, Com Natureza de Descrição Econômica da Comarca e Cidade da Bahia [...] Apud JANCSÓ, István. Na Bahia, contra o império - História do ensaio de sedição de 1798. *Estudos Históricos*. Salvador. Ed. Hucitec/edufba. 1996. Pág. 108.

³³ VILHENA. *Op. Cit.* Apud ARAÚJO. O teatro dos vícios. *Op. Cit.* Pág. 303.

³⁴ *Idem.*

sistiram sempre ao recrutamento institucional da maneira mais eficaz que encontraram: a deserção.

O despovoamento das vilas e a queda da produtividade de gêneros alimentícios não são, de forma alguma, as menores das conseqüências do recrutamento burocrático. Principalmente na zona do açúcar, onde esses gêneros básicos já são normalmente escassos, ao atingir as camadas livres produtivas, o recrutamento agrava um cenário social de penúria.

Depois que os recrutadores detêm o maior número possível de homens, "Quem fosse encontrado e julgado em condições de tomar armas, era incontinente, sem atenção a coisa alguma, arrebanhado e levado aos postos. (...) Todos os detidos eram conduzidos à cadeia e aos corpos de guarda, e somente lá se fazia a seleção dos capazes para o serviço militar".³⁵

Koster completa o quadro afirmando que "dadas ordens para recrutamento para os Regimentos de linha pelo Governador. (...) Todo o país se arma, uns contra os outros, e todos os meios de surpreender cada um são usados pelo vizinho. É uma das mais impolíticas disposições praticadas pelo governo. (...)

Nenhum homem sujeito à obrigação estava à salvo em sua própria residência, porque a tropa vinha cercar a habitação onde se supunha estar o indivíduo recrutável. Pede permissão para entrar e, sendo recusado, não terá escrúpulos de entrar rebentando a porta, entrando a força."³⁶

Para Nelson Weneck Sodré, o tempo de duração do serviço militar nas tropas de linha é de 16 anos até a chegada da Corte no Brasil em 1808, quando a Coroa então reduz o serviço para 8 anos.³⁷ Redução que é mais uma tentativa de melhorar o recrutamento e o serviço regular e assim, conseqüentemente, tentar evitar a fuga em massa das populações civis nos períodos de alistamento. A organização do serviço também é modificada: durante o primeiro ano, o serviço passa a ser de seis meses, e nos anos subsequentes diminui para três meses anuais. Essa reforma, drástica e tardia, visa favorecer a lavoura e evitar as faltas dos gêneros alimentícios básicos; uma realidade sempre presente durante o período colonial, e que assombra a sociedade. Assombra porque só a fuga do recrutamento assegura a subsistência, mesmo na clandestinidade, até o período de alistamento passar, quando então os homens voltam para suas casas.

Vilhena e Koster, contemporâneos dessas circunstâncias sociais, têm cada um teorias próprias sobre os problemas com o recrutamento. Para Koster, ele é a principal causa da "má impressão" que os

³⁵ Cf. VILHENA *apud* PRADO Jr. *Op. Cit.*

³⁶ KOSTER *Op. Cit.* Pág. 306.

³⁷ SODRÉ, Nelson Weneck, *A história militar do Brasil*. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira. 1979.

civis têm dos soldados de linha, juntamente com o soldo³⁸ e a própria origem dos soldados, retirados de "pessoas de mau caráter".³⁹ Para Vilhena, ao contrário, é a facilidade de deserção e dos elementos de mais posse passarem imediatamente a oficiais que gera o reduzido número de soldados nas tropas, e conseqüentemente os problemas com o recrutamento.⁴⁰ O primeiro acusa o recrutamento como causa dos problemas sociais, o segundo acusa a conjuntura social como causa dos problemas com o recrutamento. Seja como for, esta instituição é de tal forma temida que quando o governo precisa barganhar com a população, usa como moeda a isenção do recrutamento. Por exemplo:

Com o fim de animar a cultura de mandioca e o fabrico da sua farinha, concedeu o referido governador [D. Tomás José de Melo, 1787-1798], por Edital de 10 de janeiro de 1788, a todos os senhores de engenho, lavradores e outras pessoas que provassem ter remetido para o mercado do Recife 300 alqueires de farinha por safra ou por ano, a graça de ficarem isentos do serviço militar, assim como seus filhos (...).⁴¹

Usar a isenção de recrutamento como incentivo para a produção de alimentos básicos, como a farinha, aparentemente poderia ser interessante para lavradores e moradores, mas não para os senhores de engenho e filhos, que já estão resguardados por suas próprias características. Empurrando assim, mais uma vez, a produção de gêneros de primeira necessidade para os pequenos agricultores. Mas o incentivo da Coroa pode não ter dado certo: para esses pequenos produtores a produção de cana, que sempre sufoca as lavouras de subsistência, é ainda economicamente o instrumento mais interessante, e vale o risco do recrutamento. E assim, a farinha continua a faltar.

E no entanto, o edital parece ter tido alguns resultados satisfatórios com lavradores e moradores, já que o Governo da Capitania volta a aplicá-lo em 1811, com aprimoramentos:

(...) concedeu-se o privilégio aos agricultores, com especialidade os dos gêneros de primeira necessidade, e assim como aos seus trabalhadores, a isenção do serviço militar, e aos que servissem nas milícias a isenção de seus exercícios e outros serviços (...).⁴²

É a mesma isenção alargada para todo o serviço militar - incluindo os exercícios dos milicianos, notemos, e para os trabalhadores dos plantadores. Essa sim, uma medida de interesse para os se-

³⁸ KOSTER. *Op. Cit.* p. 306.

³⁹ *Idem.* 304.

⁴⁰ LEITE. *Op. Cit.* Pág. 159.

⁴¹ COSTA, Pereira. F. A. *Anais Pernambucanos*. Coleção Pernambucana. Recife. Governo de Pernambuco. 1983. 10 vols. Vol. 6, p. 398.

⁴² COSTA. *Op. cit.*, vol. 6, p. 400.

nhores de engenho, já que isenta seus agregados: mais uma medida para ser usada por esses senhores para formar uma "clientela" fiel, e manter sob controle seus homens livres.

Não é apenas na produção de gêneros básicos, sempre em falta na região da cana, onde todo o espaço disponível está coberto por canavial, que a Coroa usa a isenção de recrutamento como incentivo; em 1818, um projeto do governador da capitania, Luís do Rego, para a produção de especiarias trazidas da colônia francesa de Caiena para o Jardim Botânico de Olinda, cravo, bambu, nogueira, moscadeira, entre outras, utiliza também a isenção do serviço militar para incentivar os agricultores a ingressar nessa produção. Assim

*todos aqueles que se empregarem na cultura das ditas plantas ficassem isentos do serviço militar, e que o capitão-mor respectivo lhes prestasse todo o auxílio necessário para o bom desempenho de tão importante comissão (...).*⁴³

E essa política não é particular à zona do açúcar; em São Paulo, no final do século XVIII, a Coroa é obrigada a reorganizar suas tropas porque o governador isentara do serviço militar todo homem que trabalhasse gratuitamente na construção do 'Caminho Novo' para o Rio de Janeiro.⁴⁴

O Estado utiliza a fobia generalizada ao recrutamento como instrumento para barganhar serviços com a sociedade civil.

O estudo sobre o recrutamento para o exército regular nos permite perceber que a tropa de linha é o retrato do que de pior poderia haver entre os homens livres na Colônia. 'Pior' dentro do conceito da sociedade colonial: como seus vagabundos e vadios. Isso quanto aos soldados, pois os postos de oficiais, inalcançáveis ao soldado comum, são revestidos de muito prestígio, e disputados pelos fidalgos. Mas não é só: as diferenças raciais dentro do organismo militar precisam ser vistas. Diferenças visíveis principalmente nas milícias.

Cada capitania estabelece sua própria organização de milícias,⁴⁵ mas apesar das diferenças superficiais que essa arbitrariedade confere à cada capitania, existe uma constante na zona açucareira, senão no todo do Brasil, que são as separações por raça. Tanto na Bahia quanto em Pernambuco vemos diferentes regimentos de brancos comerciantes, brancos artifices, 'nobres', além dos regimentos de homens pardos e de homens negros.⁴⁶ Temos assim, além da divisão racial onde brancos, pretos e pardos não se misturam, também uma classificação por ordem econômica entre os brancos.

⁴³ COSTA. *Op. Cit.* vol. 7, p. 39.

⁴⁴ PEREGALLI. *Op. Cit.* Pág. 136

⁴⁵ PRADO Jr. *Op. Cit.* p 311-312.

⁴⁶ PRADO Jr. *Op. Cit.* p 312. E LEITE. *Op. Cit.* Pág. 155.

Todos os comandantes desses regimentos, revestidos da patente de coronel, devem por lei ser proprietários,⁴⁷ inclusive os pretos e pardos. O que nos dá um interessante ponto de partida para futuras investigações históricas sobre homens de cor abastados na Colônia açucareira. E sobre esses homens de cor, já observa Henry Koster que comumente são eles os mais 'garbosos' e 'bem vestidos', em comparação com as milícias brancas, 'miseráveis'.⁴⁸ O que nos mostra um certo investimento dos pretos e pardos livres, nos postos milicianos. Investimento maior do que o normalmente feito pelos brancos, pois os homens brancos encontram diversas formas de ostentar sua posição na sociedade barroca, principalmente os senhores de terra e ricos comerciantes, relegando assim os postos de milícia a segundo plano, apenas uma obrigação cumprida. Pretos e pardos livres, no entanto, ainda que abastados, encontram mais dificuldades de ostentarem boa posição social, sendo as milícias de cor, juntamente com as irmandades leigas de pretos e pardos, praticamente as únicas instituições que garantem esse prestígio.

Podemos perceber a existência de negros e mulatos de poses entre esses regimentos milicianos já que o serviço gratuito não fornece possibilidades para manter o tão bom aspecto observado por Koster. Os soldados milicianos de cor são, por sua vez, provavelmente oriundos da camada dos oficiais mecânicos: carpinteiros, sapateiros, ourives, tendeiros, alfaiates, forros e livres habitantes das vilas do açúcar nesse período.

Não podemos, todavia, nos prender a estruturas demasiado rígidas de divisão racial nas tropas da Colônia. É o mesmo Henry Koster quem nos aponta a pouca rigidez na seleção de elementos para os regimentos brancos. "Nos Regimentos de Milícias brancos, os oficiais só podem ser brancos, por força da lei mas, na prática, bem pequeninas provas são feitas para que se elucide não haver mistura no sangue, e todos depressa são proclamados homens brancos."⁴⁹

Vemos assim que não é apenas a tropa de linha que, devendo ser branca, recruta mestiços. Aparentemente, a acreditamos em Koster, as milícias brancas também incluem em suas fileiras homens pardos. Pois apesar de uma divisão mais rígida de raças nas milícias, elas, como a tropa de linha, não podem fugir da impossibilidade de se estabelecer quem é realmente branco, e são obrigadas a admitir brancos de origem 'duvidosa' em suas fileiras.

Mas, rígidas ou não, as divisões raciais existem. E, existindo, fazem das Milícias as forças mais conservadoras do status social dos senhores de terras, dos papéis sociais em geral, pois essas tropas

⁴⁷ *Idem.*

⁴⁸ KOSTER. *Op. Cit.* Pág. 381.

U
V
E
I
L
S
R
E
S
C

91

também possuem uma classificação econômica. Essas tropas de civis, arregimentando por camadas sociais, estabelecem melhor as próprias linhas divisórias da sociedade livre: brancos, pretos, pardos, pobres, ricos. Stuart B. Schwartz nos fala da dúvida que a mestiçagem na colônia impõe à ordem barroca da sociedade. Na Metrópole, cada homem está firmemente classificado em seu próprio estamento, a 'gente de maior qualidade' separada juridicamente dos peões. A esta estratificação social pouco acrescenta a escravidão, apenas mais uma categoria. E no entanto a América deturpa a hierarquia barroca. Na verdade, os mestiços americanos a deturpam, pois a ordem estamental não consegue encaixá-los nos quadros existentes. Resultado: na colônia, todo homem branco passa automaticamente a candidato à fidalguia, e o critério de cor vai se inserir, se misturar e confundir a ordem estamental barroca.⁵⁰ Nesse contexto, as milícias surgem como marcos de distinção social, assim como de agrupamento social. Lembretes da Ordem estabelecida no mundo. Esse talvez seja um dos motivos de seu prestígio perante seu meio social: elas estão perfeitamente afinadas com ele. Exatamente o contrário das tropas de linha, agregando indesejáveis e párias; tomando-se ela própria pária e indesejável.

⁴⁹ KOSTER. *Op. Cit.* Pág. 378.

⁵⁰ Cf. SCHWARTZ, Stuart B. *segredos internos - engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo. Companhia das Letras/Conselho Nacional de Desenvolvimento científico e Tecnológico-CNPq. 1988.